

Rumos

JULHO/AGOSTO/SETEMBRO 2020

Economia &
Desenvolvimento

MUNDO EM MUDANÇA

O desafio de transformar o modelo de desenvolvimento global une países e instituições diversas em torno de uma agenda comum, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No Brasil, as instituições de fomento alinham iniciativas em diferentes áreas com este fim.

ENTREVISTA

O presidente da ABDE, Sergio Gusmão, apresenta as agendas de futuro para o sistema de fomento.

ARTIGO

Larissa Sampaio, analista do Instituto Sicoob, aponta a relação entre o cooperativismo e os ODS.

EXPERTISE

O pesquisador Renato Meirelles analisa os impactos da Covid-19 na complexa realidade social brasileira.



ABDE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE DESENVOLVIMENTO

**UNINDO POTÊNCIAS
PARA FINANCIAR UM
GRANDE PAÍS.**

www.abde.org.br

AO LEITOR

Diante de tantas incertezas em relação ao futuro, um fato entrou em definitivo na agenda mundial, a sustentabilidade. Se ainda havia alguma dúvida de que o bem-estar de todos representaria o bem-estar individual, a pandemia veio provar o óbvio, tudo está interligado, das boas às más notícias. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Fomento, com o apoio da ABDE, tem desenvolvido ações calcadas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Na reportagem de capa, é possível conhecer em detalhes essas iniciativas e seus impactos regionais.

Na entrevista especial, com Renato Meirelles, do Instituto Locomotiva, temos uma amostra da importância de conhecermos todas as formas de expressão da realidade brasileira.

Ambas as reportagens permitem pensamentos em linha com a imagem da Fita (faixa) de Moebius, que ilustra a capa dessa edição, e nos auxilia a imaginar a impossibilidade de representar o que está fora e o que está dentro da fita como espaços separados, quiçá antagônicos; eles serão sempre a expressão do mesmo lado em suas torções e contorções, afinal, no fim, o outro lado será sempre o mesmo lado. Para refletir!

Boa leitura!

Thais Sena Schettino
Editora

NESTA EDIÇÃO

08 **EXPERTISE**
Novos cenários, velhas paisagens

24 **ARTIGO**
Larissa Sampaio
O Instituto Sicoob e a Agenda 2030

26 **SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO**

28 **LIVROS**

DESTAQUES

Marcus Desimoni



04
ENTREVISTA

Sergio Gusmão Suchodolski
Agendas do futuro

Noel Joaquim Faia



12
CAPA

Novos paradigmas



Marcus Desimoni

Agendas do futuro

Sergio Gusmão Suchodolski assumiu a presidência da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) no início de agosto e, nessa entrevista para a Rumos, defende a atuação fundamental das instituições de fomento neste momento de crise e ressalta a conexão do Sistema Nacional de Fomento com as pautas mais urgentes do mundo contemporâneo, como a sustentabilidade, a articulação internacional e a transição tecnológica.

RUMOS – O Brasil vive uma crise de grandes dimensões, em função da pandemia da Covid-19, que deve afetar diferentes setores da economia e da vida social. Qual o papel a ser desempenhado pelo Sistema Nacional de Fomento nesse contexto?

SERGIO GUSMÃO – Esse momento de enorme desafio trazido pela pandemia da Covid-19 traz uma ressignificação ao Sistema Nacional de Fomento, sobretudo na conformação na qual ele se encontra hoje. Temos uma diversidade muito grande, o que é uma força do sistema que se articula, se coordena e consegue atender diversos segmentos da sociedade, a partir das diferentes necessidades de cada uma das regiões de um país continental como o Brasil. O Sistema pode atuar como

uma alavanca anticíclica num momento de uma crise tão grave, chegando na ponta com muita eficiência, como mostram diversos estudos. O SNF está demonstrando a sua potência e a sua *expertise* e esse é um momento muito relevante para a valorização e o reconhecimento desse trabalho, além de termos a possibilidade de, daqui para a frente, atuarmos com várias lições aprendidas nesse ambiente de maior risco e de emergência – algumas instituições estão financiando o setor da saúde, por exemplo, tanto na parte de insumos e de equipamentos médicos, até no apoio a pesquisas com vacinas e testes, nas redes hospitalares pública e privada.

Muitas lições estão sendo aprendidas e precisamos fazer

um balanço desse período para, à luz dessa experiência diversa de cada um dos nossos associados, com as lições aprendidas e os novos instrumentos financeiros que estão sendo criados, podermos preparar o pós-Covid.

RUMOS – Como a ABDE pode auxiliar as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) a alcançarem esse objetivo de apoiar a economia brasileira nos momentos mais difíceis?

GUSMÃO – A ABDE nasce em 1969 como Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento e ao longo das décadas seguintes passa por grandes transformações, resultando nessa diversidade que existe hoje. Acredito que a Associação tem uma vocação e estará no seu melhor papel se for dirigida pelos seus associados, a serviço deles nessa riqueza de atuação em diferentes regiões e portes. Ela pode ser uma grande plataforma de disseminação de conhecimento e melhores práticas, ajudando a qualificar e a disseminar este conhecimento pelos gestores e técnicos de cada uma das instituições associadas, trazendo novas ideias e provocando o debate. Hoje se discute muito, não só no Brasil, sobre o papel das instituições de desenvolvimento; então a ABDE pode ser o local de encontro, de debates, de troca e de estudos.

Por outro lado, ela tem o papel também de ser uma voz e de fazer a defesa dos interesses desse grupo de instituições junto ao Governo Federal, ao Congresso, a outras associações, ao Banco Central, a parceiros internacionais, como bancos multilaterais de desenvolvimento e agências de desenvolvimento, enfim, existe uma gama muito grande de parceiros que ela tem a legitimidade para fazer a interlocução e conseguir de alguma maneira integrar as informações que chegam dos associados. Com a sua atuação junto aos *stakeholders*, pode levar a bandeira do desenvolvimento econômico e social e apresentar as novas soluções que o sistema tem condições de criar e que podem ser implementadas por outros parceiros. A ABDE deve ser uma grande condutora dessas pautas.

RUMOS – O conhecimento das realidades regionais tem sido um diferencial de atuação dessas instituições nessa crise?

GUSMÃO – Certamente. A ponta da nossa atuação são nossos clientes, são projetos. As instituições conhecem a realidade brasileira nas suas características regionais e financiam em larga escala os municípios, afinal a inovação se dá também no nível local. Tenho grande alegria de presidir o banco de Minas Gerais, um estado que é um pouco a síntese do Brasil, no sentido de que temos regiões muito diversas dentro do estado, econômica e socialmente; uma economia bastante diversificada com agronegócio, indústria, mineração; temos municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas ao mesmo tempo, regiões mais desenvolvidas. Esse conhecimento do território é nossa força e hoje ela se traduz, inclusi-

Quando se observam as estatísticas sobre enxugamento de crédito dos bancos comerciais no primeiro semestre, verificamos que o Sistema Nacional de Fomento foi em outra direção, aumentando o crédito, dando a sustentação para a economia, inclusive para os mais vulneráveis, que são os micro e pequenos empresários.

ve, em números, de maneira bastante contundente. Quando se observam as estatísticas sobre enxugamento de crédito dos bancos comerciais no primeiro semestre, verificamos que o Sistema Nacional de Fomento foi em outra direção, aumentando o crédito, dando a sustentação para a economia, inclusive para os mais vulneráveis, que são os micro e pequenos empresários. No momento que eles mais precisam, o Sistema tem atuado de maneira decisiva. Os números falam por si. Na cadeia do turismo, especialmente por meio do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), no agronegócio, no apoio a municípios e em muitos outros setores estamos fazendo a diferença.

RUMOS – Qual a importância da interlocução das IFDs brasileiras com os organismos multilaterais de financiamento?

GUSMÃO – Essas instituições multilaterais e internacionais conseguem, pela qualidade técnica e pela abrangência global, ofertar os recursos para se trabalhar os temas que estão na ordem do dia no financiamento ao desenvolvimento, que hoje se orienta em grande medida pela chamada Agenda de Ação de Adis Abeba. É uma referência à terceira Conferência Internacional em Financiamento ao Desenvolvimento, que dá os contornos e os eixos centrais para esse tema. O papel dos bancos nacionais de desenvolvimento foi muito ressaltado nesse evento. No mesmo ano, em 2015, também se desenvolveu o tema dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a chamada Agenda 2030; as duas conferências foram realizadas sob a égide das Nações Unidas. Essas duas agendas se tornam tratados internacionais, com acordos dos quais o Brasil é parte, e são incorporadas por esses organismos internacionais,

que desenvolvem instrumentos financeiros e inovações, além de disponibilizarem recursos financeiros e técnicos. Assim, essas parcerias são muito importantes para podermos atuar como condutores dessas práticas técnicas, instrumentos financeiros de desenvolvimento inovadores e também de recursos que muitos dos membros podem acessar e têm acessado, em número cada vez maior. A ABDE pode servir como uma plataforma, uma porta de entrada para disseminação dessas boas práticas e desses recursos.

Temos um exemplo concreto da experiência com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no Laboratório de Inovação Financeira (LAB), ao lado também da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tem sido muito bom. Também temos tido um relacionamento muito positivo com a Associação Latino-Americana de Instituições de Desenvolvimento (Alide), onde eu também tenho a oportunidade de ocupar uma posição no conselho. Além de parcerias que estão em andamento e são importantes, com o GIZ, o Prosperity Fund, o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Green Climate Fund, entre outros.

A ABDE pode ajudar a aumentar esse fluxo de recursos, que vai chegar na ponta com a eficácia e *expertise* dos seus associados, e abrir novas oportunidades e fontes de financiamento, tanto para investigação dos efeitos da Covid, quanto para o relançamento da economia em bases sustentáveis, com o apoio dessa diversidade de instituições com as quais estamos interagindo, inclusive as que foram recém-criadas, como o Banco dos Brics e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.

Estou no meu terceiro banco de desenvolvimento, para aprofundar ainda mais essas parcerias e colocar esses recursos à disposição dos nossos associados. A realidade é que o Brasil ainda não usa a capacidade total disponível nas agências e nos organismos multilaterais de desenvolvimento.

RUMOS – De que forma as instituições de fomento se relacionam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e que contribuição isso pode significar para o país?

GUSMÃO – Acompanhamos essa agenda que já está no seu quinto ano, e agora são mais dez anos até 2030, e de fato o desafio da sustentabilidade está na ordem do dia, mais do que nunca. A linguagem dos ODS se tornou universal, empregada pelas instituições de desenvolvimento no mundo inteiro, mesmo algumas pequenas na América Latina, na Ásia, na África e na Europa, e temos utilizado cada um dos seus objetivos e metas como uma maneira de acompanhar, monitorar, avaliar e reportar sobre o nosso impacto de desenvolvimento na ponta. Além de uma linguagem, os ODS são um desafio e uma maneira maravilhosa de contribuir para o desenvolvimento susten-

tável e, ao mesmo tempo, ressignificar a instituição financeira de desenvolvimento no século XXI. A observação desses objetivos é uma maneira de reposicionar e dar um contexto atualizado do financiamento do desenvolvimento no cenário atual.

Precisamos nesse momento trazer todas as inovações e fazer toda a atualização desse modelo, para preparar os próximos anos. Eu dirijo uma instituição, o BDMG, que está entrando no seu ano cinquenta e nove. Então, uma instituição de meados do século 20, que precisa fazer um trabalho de atualização para estar mais próximo dos seus clientes e da população em geral, para cumprir o seu mandato, do ponto de vista dos objetivos da sua criação, mas dentro desse contexto mais moderno e atual. Esse é o desafio para todo o sistema de fomento: se colocar na agenda contemporânea, que é a da sustentabilidade.

RUMOS – Quais as principais ações que deverão ser empreendidas pela Associação em sua gestão?

GUSMÃO – Precisamos dar ainda mais dinamismo à ABDE. Os temas principais orientadores desse período que nos cabe liderar a associação são o combate aos efeitos da Covid-19 e a atuação anticíclica das instituições, com disseminação de melhores práticas. Mas também existem outros temas importantes: a sustentabilidade, como já mencionei, e a transição tecnológica, que está dinamizando o negócio financeiro e de financiamento ao desenvolvimento, e que é uma agenda de futuro muito necessária. Além do desafio de posicionar a associação para que seja ainda mais reconhecida e que os seus pleitos e suas contribuições se traduzam em realizações concretas, com resultados pragmáticos, sobretudo em um contexto mundial de crise e de emergência, para que possamos relançar a economia brasileira em novas bases sustentáveis e de crescimento.

A pandemia deixou muito claro que em momentos de desafio existe um espaço de sustentação, de reconstrução e de atuação dessas instituições que é muito relevante. Em qualquer circunstância, mas sobretudo em momentos de crise, isso fica ainda mais evidente – e podemos ver pelas informações e estatísticas que começam a se avolumar depois desse período de seis meses e certamente de forma ainda mais concreta até o final do ano. Acredito muito no modelo das instituições de financiamento ao desenvolvimento, acho que elas têm razão de existir. Temos visto a experiência internacional, inclusive nos Estados Unidos, com a criação recente de uma grande instituição de financiamento ao desenvolvimento, que é o U.S. International Development Finance Corporation (DFC), além de instituições financeiras de desenvolvimento estaduais, em diversas regiões. Neste novo cenário, os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos, enfim, todo o Sistema Nacional de Fomento se torna mais relevante do que nunca.

SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO

AFAP

Agência de Fomento do Estado do Amapá S/A
www.afap.ap.gov.br

AFEAM

Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A
www.afeam.am.gov.br

AGE

Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S/A
www.age.pe.gov.br

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS

Agência de Fomento do Estado do Tocantins
www.fomento.to.gov.br

AGERIO

Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S/A
www.agerio.com.br

AGN

Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S/A
www.agrn.com.br

BADESC

Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
www.badesc.com.br

BADESUL

Badesul Desenvolvimento S/A – Agência de Fomento RS
www.badesul.com.br

BANCO DA AMAZÔNIA

Banco da Amazônia S/A
www.bancoamazonia.com.br

BANDES

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A
www.bandes.com.br

BANPARÁ

Banco do Estado do Pará S/A
www.banparanet.com.br

BB

Banco do Brasil S/A
www.bb.com.br

BDMG

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
www.bdmg.mg.gov.br

BNB

Banco do Nordeste do Brasil S/A
www.bnb.gov.br

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
www.bndes.gov.br

BRB

Banco de Brasília
www.brb.com.br

BRDE

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
www.brde.com.br

CRESOL

Cresol Confederação
www.cresol.com.br

DESENBÁHIA

Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
www.desenbahia.ba.gov.br

DESENVOLVE

Agência de Fomento do Estado de Alagoas S/A
www.desenvolve-al.com.br

DESENVOLVE RR

Agência de Fomento do Estado de Roraima S/A
www.aferr.rr.gov.br

DESENVOLVE SP

Agência de Desenvolvimento Paulista
www.desenvolvesp.com.br

FINEP

Inovação e Pesquisa
www.finep.gov.br

FOMENTO PARANÁ

Agência de Fomento do Paraná S/A
www.fomento.pr.gov.br

GOIÁSFOMENTO

Agência de Fomento do Estado de Goiás S/A
www.fomento.goias.com.br

DESENVOLVE MT

Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S/A
www.mtfomento.mt.gov.br

PIAUI FOMENTO

Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S/A
www.fomento.pi.gov.br

SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
www.sebrae.com.br

SICOOB

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
www.sicoob.com.br

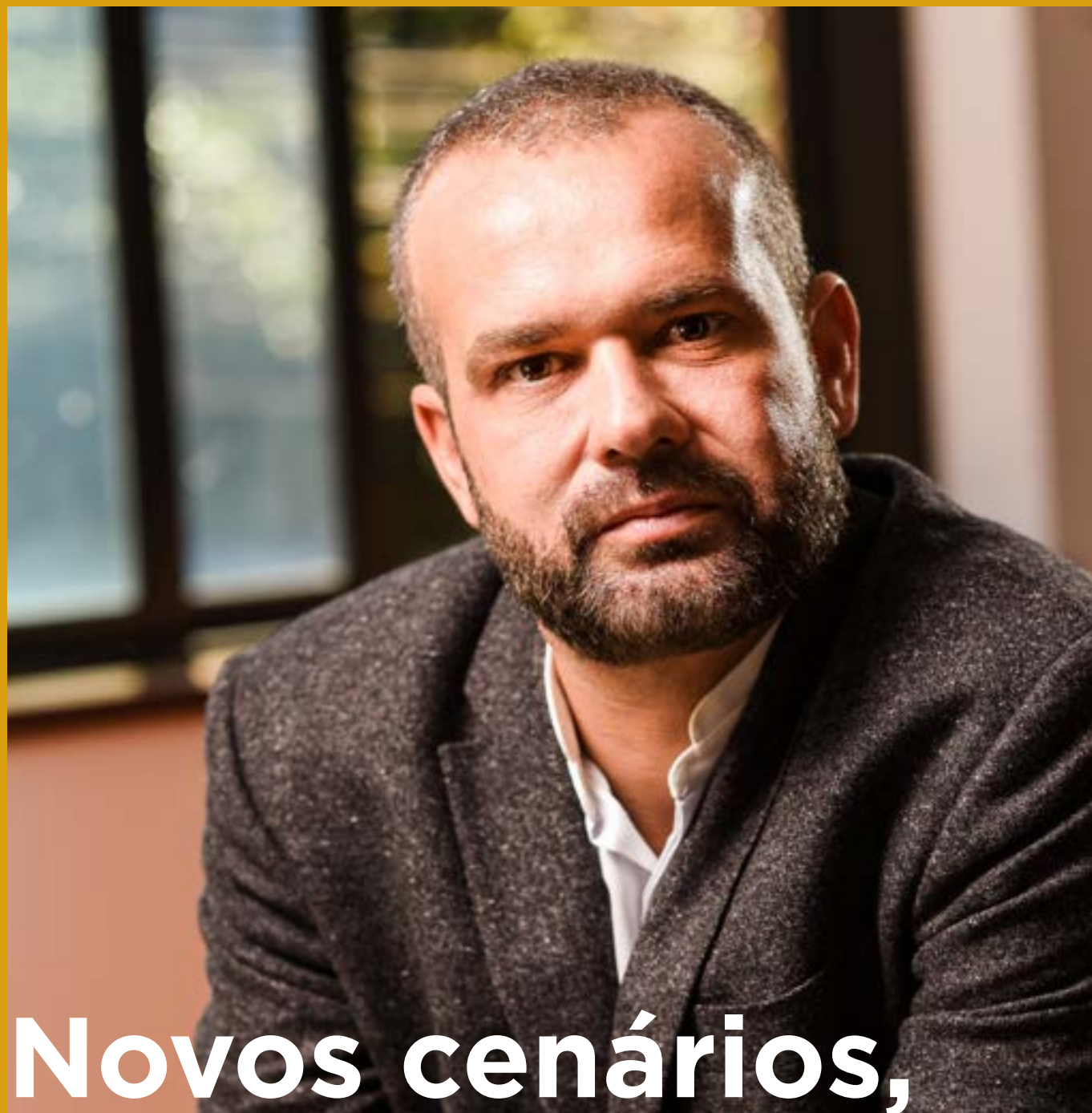
SICREDI

Sistema de Crédito Cooperativo
www.sicredi.com.br



ABDE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE DESENVOLVIMENTO



Novos cenários, velhas paisagens

A crise do novo coronavírus acelerou o processo de transformação digital nas organizações brasileiras, mas aprofundou o fosso da desigualdade no país. Quem faz esse retrato é o pesquisador Renato Meirelles, sócio e presidente do Instituto Locomotiva, que realizou mais de duas dezenas de pesquisas desde o início da pandemia para compreender os desafios deste momento sem paralelo na história recente do Brasil. **POR JADER MORAES**

“Talvez uma das primeiras *fake news* que surgiram a partir da Covid-19 era de que a doença era democrática”. A conclusão pertence a Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva, fundador do Data Favela e professor do IBMEC. Considerado um dos maiores especialistas em consumo e opinião pública do país e membro da comissão que estudou a nova Classe Média Brasileira, na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), ele acredita que os graves problemas sociais brasileiros foram aprofundados com a crise ocasionada pela pandemia da Covid-19. “O coronavírus pode até afetar tanto ricos quanto pobres, mas os anticorpos sociais de uma sociedade desigual, como a que existe no Brasil, são muito diferentes”, completa.

O Locomotiva é um instituto de pesquisa que nasceu em 2016 e declara ter o objetivo de “mostrar as pessoas e histórias por trás dos números”. Voltado especialmente para a análise da economia popular, a instituição almeja transformar dados em estratégias e ações para que empresas, instituições públicas e organizações do terceiro setor aprendam a dialogar com um público cada vez mais conectado e engajado. Desde o início da pandemia, a organização já realizou 24 pesquisas que atestaram que, se de um lado, há pessoas que podem trabalhar em casa, que possuem água encanada dentro de seus lares e que, no máximo, reclamam da falta de álcool em gel nas farmácias; do outro lado, há uma realidade distinta nas favelas, em que 48% dos lares não têm água encanada.

Meirelles recorda que 13,6 milhões de pessoas vivem em favelas em todo o Brasil – se esse contingente formasse um estado, ele seria o 5º maior do país. Essa população, já fortemente impactada pelas desigualdades sociais e econômicas, teve sua situação agravada pela pandemia. Uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva, em parceria com a Central Única das Favelas (Cufa), mostrou que 50% dos brasileiros têm quatro ou mais pessoas morando na mesma casa. Entre os mais pobres, o percentual chega a 60%. Além disso, 48% deles moram com alguma pessoa do grupo de risco e 32% vivem com pessoas com 60 anos ou mais.

Outro estudo, realizado a pedido do jornal *O Estado de S. Paulo*, atesta que 54% dos brasileiros acreditam que seu padrão de vida piorou e seis em cada dez deles estimam que vai levar mais de um ano para reconquistar o que tinham antes da pan-

O coronavírus pode até afetar tanto ricos quanto pobres, mas os anticorpos sociais de uma sociedade desigual, como a que existe no Brasil, são muito diferentes (...) A pandemia não inventou a desigualdade, mas jogou uma trágica luz sobre os efeitos na vida dessas famílias.

demia. Além disso, um terço dos entrevistados que têm plano de saúde, pagam escola particular para os filhos ou empregam um trabalhador doméstico afirma que não conseguirá manter ao menos um desses serviços. Afetados pela redução de ganhos ou pelo desemprego, 91 milhões de brasileiros deixaram de pagar alguma conta em abril.

Para Meirelles, a situação é alarmante: a população de baixa renda depende do sistema público de saúde, não tem poupança e está passando pela pandemia com pouco dinheiro ou apenas doações. “A pandemia não inventou a desigualdade no Brasil, mas jogou uma trágica luz sobre os efeitos na vida dessas famílias”, afirma.

DESAFIOS EDUCACIONAIS

Um dos setores onde essa desigualdade se manifesta de forma mais evidente é na educação. Um levantamento recente realizado pelo instituto sobre o acesso aos estudos durante a pandemia resultou no que eles classificaram como “estatística do óbvio”: os estudantes periféricos e de escolas públicas foram mais afetados que os de escolas privadas pelas consequências da crise. Em todo o país, 47,9 milhões de alunos, somente na educação básica, foram atingidos pela suspensão das aulas presenciais, a partir da metade de maio, sendo que as crianças mais pobres têm menos acesso a desktops, notebooks e tablets, recursos que são essenciais para o Ensino à Distância. »



Um dos setores onde a desigualdade se manifesta de forma mais evidente na pandemia é na educação: 47,9 milhões de alunos da rede pública tiveram as aulas suspensas.

“Dados da TIC Kids Online, de 2019, indicam que apenas 21% das crianças e adolescentes, das classes D e E, usam um computador para acessar a internet. De acordo com a mesma pesquisa, 73% das crianças das classes D e E dependem exclusivamente do uso de celular para acessar a internet. Imagine, então, ter que digitar uma redação inteira no celular usando apenas os dedões?”, questiona o pesquisador, lembrando ainda que os modelos de celular nem sempre têm boa capacidade de processamento e memória, dados móveis não são acessíveis financeiramente a todos e mesmo o sinal da internet nem sempre chega aos territórios de baixa renda com qualidade.

A partir da clareza com que esses déficits se apresentam, Meirelles acredita que é preciso que a sociedade civil, as empresas e o Poder Público estimulem debates e ações a fim de definir políticas públicas que auxiliem os brasileiros mais fragilizados.

“Entendo que não existe uma saída para a crise que não passe por uma radicalização da distribuição de renda. Agora, os modelos tornaram-se eletrônicos, mudando toda a relação que as pessoas têm com o consumo. Elas começam a ver uma série de vantagens de receber o dinheiro por meios eletrônicos, como o auxílio do Governo Federal e as doações de entidades, realizar pagamentos por aplicativos e

fazer suas compras online. Nesse último ponto, vale destacar que o varejo tem sido impulsionado pelos segmentos de menor renda, justamente pelos mais atingidos pela crise econômica”, observa o pesquisador.

MUDANÇAS NAS EMPRESAS

Para Meirelles, essa nova realidade digital, que impactou diferentes setores da economia e da vida brasileira, apenas adiantou o processo de digitalização que já estava em curso. As empresas que ainda não se encontravam inseridas nessa realidade perceberam que a transformação digital era algo central no momento e não apenas uma contingência devido à crise sanitária. A partir disso, as organizações saíram em busca de respostas para entender as mudanças que ocorreram durante a pandemia e as tendências para o chamado “novo normal”.

Uma pesquisa do instituto, em parceria com a Acesso Digital e a Cia de Talentos, mostrou como isso ocorreu. De acordo com o estudo, 85% das companhias estão trabalhando totalmente ou parcialmente à distância – sendo que 47% já estavam acostumadas com o trabalho remoto. A maioria dos profissionais de Recursos Humanos



Renato Meirelles é presidente do Instituto Locomotiva, fundador do Data Favela e membro do conselho de professores do IBMEC, onde é o titular da Cadeira de Ciências do Consumo e Opinião Pública. Renato fez parte da comissão que estudou a nova Classe Média Brasileira, na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE. Considerado um dos maiores especialistas em consumo e opinião pública do país, foi colaborador do livro “Varejo para Baixa Renda”, publicado pela Fundação Getúlio Vargas e autor dos livros “Guia para enfrentar situações novas sem medo” e “Um País Chamado Favela”.

Houve uma transformação digital que não ocorreu em nenhum outro momento da história brasileira. Os profissionais de diferentes setores passaram a exercer suas atividades de casa, os colaboradores mudaram a relação com o ambiente de trabalho e a comunicação migrou para o meio digital.

entrevistados acredita que o processo de contratação será 100% digital no futuro. Para 97%, as tecnologias digitais também otimizam o tempo de contratação, reduzem custos e ampliam as possibilidades de encontrar novos colaboradores.

“Há cinco meses, nós previmos uma aceleração de processos que já estavam latentes na sociedade. Houve uma transformação digital que não ocorreu em nenhum outro momento da história brasileira. Os profissionais de diferentes setores passaram a exercer suas atividades de casa, os colaboradores mudaram a relação com o ambiente de trabalho e a comunicação migrou para o meio digital”, diz Meirelles.

Por isso, ele acredita que o sistema de trabalho remoto pode continuar em vigência nas organizações mesmo após o fim do isolamento social. Muitas instituições perceberam um aumento na motivação dos funcionários, em *home office*, e especialmente os setores voltados para tecnologia foram mais positivamente impactados e estão aquecidos.

“É como venho analisando as questões de mercado: oportunidades surgem mesmo que em um período de crise econômica. Acredito que a gestão remota continuará de grande valor e os líderes terão de manter clareza com os seus colaboradores, para que trabalhem com segurança e confiança”, conclui.



NOVOS PARADIGMAS

A agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é perseguida por governos e instituições em todo o mundo, como um desafio para transformar o modelo de desenvolvimento global. Conheça iniciativas das Instituições Financeiras de Desenvolvimento para auxiliar o país a alcançar essas metas. **POR CARMEN NERY**

Depois da bem-sucedida experiência de 15 anos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que vigorou entre 2000 e 2015, outras demandas sociais levaram o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a criar, em 2015, novas metas reunidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com vigência até 2030. Passados cinco anos, e com mais dez para atingir os objetivos, os resultados até aqui mostram que ainda há muito a se alcançar.

O Sistema Nacional de Fomento, grupo que reúne as Instituições Financeiras de Desenvolvimento brasileiras, está atento a esses desafios. Em 2015, a Resolução 4.327/2014 do Banco Central determinou a criação de políticas de responsabilidade socioambiental com diretrizes nas relações com os clientes, sociedade, fornecedores e empregados. Desde então, vários bancos de desenvolvimento e agências de fomento vêm adotando os ODS como diretriz estratégica, seja na atuação operacional ou na avaliação de riscos dos projetos. As ações contemplam o público interno e principalmente as novas linhas de financiamento a projetos sustentáveis.

“Há um interesse cada vez maior das instituições de fomento em conhecer os ODS e, sobretudo, implementar programas financiados de maneira diferente. Essas instituições conhecem o que foi acordado na 3ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, com a Agenda de Ação de Adis Abeba de 2015. As instituições estão procurando implantar os ODS nas operações do dia e há interesse em como levantar recursos públicos para compor o *blended finance*, aumentando o fluxo de recursos em benefício de todos. Fala-se cada vez mais em finanças inovativas, mas sabemos que isso demanda tempo”, analisa Haroldo Machado Filho, assessor sênior do PNUD no Brasil.

A mudança pode ser lenta devido à cultura institucional, em que muitas vezes é difícil romper certas barreiras. Ele esclarece que o PNUD não tem recursos próprios e todos os programas e projetos de desenvolvimento são realizados com participação de parceiros. Porém, tudo o que o sistema Nações Unidas faz tem o arcabouço do desenvolvimento sustentável, com um plano estratégico que tem foco em três grandes objetivos: erradicação da

pobreza; aceleração de transformações estruturais; e construção de resiliência frente a crises e choques, como a atual pandemia.

“Precisamos de ações coordenadas e a integração dos ODS é fundamental para mantermos as pessoas fora da pobreza, fortalecer a governança, melhorar a prevenção e a recuperação de crises, tentar promover soluções baseadas na natureza, aumentar o acesso à energia e avançar na igualdade de gênero”, reforça Machado. Apesar da integração dos ODS, um dos mais desafiadores para ele é o objetivo que prevê a redução das desigualdades entre os países e dentro dos países.

“A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e seus associados têm obtido avanços com a ampliação do crédito, em especial às micro e pequenas e médias empresas, sobretudo em relação às medidas contracíclicas de resposta à Covid-19. Katyna Argueta, representante-residente do PNUD no Brasil, reiterou em correspondência ao novo presidente da ABDE, Sergio Gusmão Suchodolski, o compromisso do PNUD em colaborar com a entidade na promoção e alcance dos ODS. Nossas equipes técnicas têm discutido memorandos de entendimento que vão permitir o desenvolvimento de atividades para apoiar a adoção dos ODS pelo Sistema de Fomento Nacional”, sinaliza Machado.

HIATO DE FINANCIAMENTO

Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial e membro sênior do Police Center for New South, diz que apenas os organismos multilaterais e as instituições de fomento não dão conta de que os países atinjam os ODS. Ele defendeu também a necessidade de padronização de processos e métricas.

“A última estimativa revela que há um hiato de financiamento necessário para se alcançar os ODS da ordem de US\$ 2,5 trilhões por ano. Os bancos mul- »

tilaterais sozinhos não serão suficientes. Há uma mudança crescente no mercado financeiro para atendimento ao componente ASG (dimensões Ambientais, Sociais e de Governança), temos de explorar essa concorrência para reduzir o hiato”, diz Canuto.

Para ele a padronização dos modelos para emissão dos relatórios vai permitir uma harmonização da coleta de dados e a comparabilidade. Canuto afirma que é muito importante a demonstração do retorno da agenda ASG, a fim de mudar a percepção de que projetos sustentáveis custam caro. “Internacionalmente, essa passividade está dando lugar a um ativismo das novas gerações, como os *millennials*, que são cada vez mais proponentes”, observa.

Segundo Canuto, o Banco ABC Brasil anunciou uma linha de R\$ 525 milhões com o BID Invest para a oferta de *social bonds*, que também já foram lançados pela Guatemala, Polônia, México e Chile. Trata-se de um título que, além da promessa do retorno, mensura o impacto que terá em alguma dimensão social. “É um trabalho de várias mãos, com bancos multilaterais atuando em parceria com investidores privados, ou fazendo cofinanciamento para aumentar o volume de recursos canalizados para os ODS e a Agenda ASG. Instituições como a ABDE podem qualificar regras e conscientizar os tomadores dos recursos”, reitera Canuto.

Para Sebastian Sommer, diretor de projeto FiBraS da Sociedade Alemã para Cooperação Internacional (GIZ), as instituições financeiras de desenvolvimento podem desempenhar um papel integral para alcançar as metas de desenvolvimento sustentável e os ODS podem ser usados como uma ferramenta para avaliar ações, investimentos e seus efeitos.

Sommer reconhece que nem todas as atividades geram um efeito positivo em todos os 17 ODS. Neste sentido, os ODS podem ser utilizados como uma metodologia para evitar efeitos prejudiciais em qualquer outra dimensão. Este princípio de “não causar dano” (“*do no harm*”) é uma importante função de salvaguarda que pode ser alinhada com os ODS. “Na GIZ, a Agenda 2030 e



Haroldo Machado Filho, assessor sênior do PNUD no Brasil.

os ODS orientam nosso trabalho. Os Objetivos estão integrados no planejamento, implementação e monitoramento de todos os novos projetos. Isto resulta em novos incentivos para apoiar projetos e parceiros comprometidos com os ODS, aumentando ainda mais a qualidade, o impacto e a sustentabilidade de nossos projetos”, informa, exemplificando com o apoio da GIZ à implementação do Programa “Iniciativa Agenda 2030” do Ministério Federal Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento, com foco em países parceiros de cooperação selecionados, como o Brasil.

Ele explica que a GIZ é uma empresa pública alemã de cooperação técnica internacional, que há mais de 50 anos implementa projetos em nome do governo alemão em conjunto com seus parceiros brasileiros. O

OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

1 ERRADICAR A POBREZA

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

5 IGUALDADE DE GÊNERO

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA

tema de finanças e investimentos sustentáveis desempenha um papel cada vez mais importante. A GIZ trabalha em conjunto com bancos e agências brasileiras de fomento em várias iniciativas.

MERCADO VERDE

Sommer destaca o projeto Finanças Brasileiras Sustentáveis (FiBraS). Em conjunto com seus parceiros locais, como o Ministério da Economia, o Banco Central do Brasil, o Laboratório de Inovação Financeira (LAB) e a ABDE, a GIZ está trabalhando com o objetivo de fortalecer as condições para o desenvolvimento do mercado de financiamento verde e sustentável no Brasil.

“Uma das atividades atuais conduzidas com a ABDE e apoiada tecnicamente pela OCDE inclui a promoção de abordagens de instrumentos financeiros combinados, os chamados *blended finance*. Em breve, será iniciada outra cooperação com a ABDE com o objetivo de integrar critérios de sustentabilidade nas instituições financeiras de desenvolvimento no Brasil, onde os ODS serão utilizados como estrutura orientadora”, elenca Sommer.

Para Sommer, há na América Latina desafios comuns a todos os países da região, como incluir na agenda de desenvolvimento, além das questões sociais e da redução da desigualdade, também os temas econômicos e ambientais para garantir a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento.

“É um desafio para o Brasil manter as conquistas já alcançadas, sobretudo nas áreas social e ambiental, especialmente em tempos da pandemia. A importância de um maior alinhamento com os fatores de sustentabilidade cresce ainda mais por causa dos processos de reforma pública, que, mesmo antes da Covid-19, já indi-

cavam uma redução significativa nos gastos públicos”, diz Sommer.

Ao mesmo tempo, ele acredita que esse momento desafiador é uma oportunidade para os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento que têm um mandato normalmente ligado à sustentabilidade. Um desempenho positivo em relação ao ODS pode, portanto, fortalecer a discussão sobre o *raison d'être* (razão de existir) dessas instituições.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conta com um portal, em que apresenta uma série de informações e dados a respeito da sua atuação relacionada aos indicadores dos ODS. De acordo com a instituição, os produtos do banco possuem uma forte relação com essa agenda porque, em sua maioria, têm grande impacto na vida das pessoas, no meio ambiente e no desenvolvimento do país, em especial os projetos ligados a energia limpa, educação, saúde, infraestrutura, saneamento, mobilidade urbana, logística e agricultura sustentável.

O portal, que já está no ar e estará completamente finalizado com os 17 ODS em dezembro deste ano, funciona por meio da parametrização que relaciona os objetivos dos produtos do BNDES e os setores econômicos das operações (CNAES) com as metas. Além disso, na revisão do Planejamento Estratégico, realizada no segundo semestre de 2019, o banco se comprometeu com 15 entregas para a sociedade por meio do desenvolvimento de um Plano Trienal – 2020/2022 – tanto as entregas quanto as orientações estratégicas estão relacionadas aos ODS.

Outras instituições de fomento em todo o país também estão avançadas na incorporação da agenda dos ODS em suas ações. Nas próximas páginas, a *Rumos* apresenta iniciativas bem-sucedidas de algumas destas instituições: o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), do Banco da Amazônia (Basa) e das agências de fomento dos estados do Rio Grande do Sul (Badesul), de Goiás (GoiásFomento), de São Paulo (Desenvolve SP), do Paraná (Fomento Paraná) e do Rio Grande do Norte (AGN). »



PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEL

Divulgação



Luiz Noronha, diretor-presidente do BRDE, diz que o banco sempre teve um rol de investimentos com características de sustentabilidade, como eficiência energética e agricultura de baixo carbono, mas não compunham um programa integrado que mostrasse o nosso comprometimento com o tema. “Também não havia muitos projetos em áreas importantes como uso eficiente e racional de água, créditos municipais urbanos sustentáveis, que deveríamos promover”, diz.

Em 2015, após a resolução do Banco Central sobre Responsabilidade Socioambiental, o banco criou o programa BRDE PCS (Produção e Consumo Sustentável). Noronha conta que, após sua chegada ao banco, o tema da sustentabilidade passou ganhar maior institucionalidade. Foi criada a Coordenadoria de Responsabilidade Socioambiental e elaborado um plano de ação baseado em três pilares: o primeiro vinculado à atividade bancária, e a medição de seu impacto passou a ser feita com a ferramenta A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente; o segundo pilar foi a avaliação de risco socioambiental dos projetos. “Quando fechamos o primeiro contrato internacional de crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no total de 800 mil euros, em 2017, eles montaram o Sistema de Avaliação de Risco Socioambiental, que atende a este segundo pilar”, diz Noronha. O terceiro pilar é a identificação e aproveitamento das oportunidades.

O PCS tem linhas de financiamento em cinco áreas: Agricultura Sustentável; Energias Limpas e Renováveis; Uso Racional e Eficiente da Água; Gestão de Resíduos e Reciclagem; Cidades Sustentáveis. O programa entrou em operação em 2016 e desde então é o mais demandado da instituição. Eduardo Grijó, coordenador da Responsabilidade Socioambiental do ban-

co, informa que já foram financiados mais de mil contratos em pouco mais de cinco anos, somando R\$ 2,18 bilhões em projetos, em sua maioria com o setor privado.

O programa foi um dos 19 *cases* do setor privado reconhecidos pela ONU por intermédio da Rede Brasil do Pacto Global, em 2018, devido aos resultados obtidos desde 2016. A atuação do BRDE para o alcance dos ODS foi reconhecida no “SDGs in Brazil – The role of the private sector” (ODS no Brasil – O papel do setor privado), evento realizado em Nova York durante a 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. “Após um estudo interno, identificamos que a nossa carteira de crédito possuía, na média para os últimos cinco anos, 83% de aderência com os ODS, e que alguns projetos possuem impactos em dois ou até quatro Objetivos”, diz Noronha. A avaliação do impacto total nos ODS foi de 113% da carteira.

Grijó destaca que os ODS são integrados e indivisíveis, e que em uma avaliação mais rigorosa é esperado que um projeto sustentável atinja a mais de um objetivo conjuntamente. “Precisamos avançar muito nesta contabilidade e mensuração de impacto”, comenta.

Um exemplo é o projeto da Móveis Paulo, baseado em energia fotovoltaica, cujo ODS alvo é o oito – energia limpa e renovável. A empresa obteve um financiamento de R\$ 2,8 milhões para um projeto solar fotovoltaica na sede da companhia. A fabricante opera há 42 anos em São Bento do Sul (SC) e produz móveis de madeira com pés. Mais de 90% de sua produção é exportada.

“O financiamento com o BRDE tem capital francês e prazo de pagamento de 10 anos. Mesmo sendo baseado em euros, não chega a haver risco cambial porque exporto em euros também”, destaca Djoni Kurowsky, diretor da Móveis Paulo. Ele afirma que a empresa utiliza madeira de reflorestamento, possui mais de 1,4 mil placas solares e é autoprodutora de energia, gerando 50% de seu consumo.

Para o BRDE, o projeto entrega mais do que energia limpa e renovável; atende também os ODS 8 (crescimento econômico sustentável), 12 (produção e consumo sustentáveis) e 13 (ação climática, pelo sequestro de carbono promovido pelas florestas).

IMPACTO E EFETIVIDADE

O BDMG foi vencedor na categoria Best Socio-Economic Impact Bank – Brazil 2020 pelo CFI.co Awards (Capital Finance International), como melhor banco de impacto socioeconômico do Brasil. A instituição tem como meta corporativa destinar pelo menos 30% do total desembolsado a operações vinculadas a ao menos um ODS, informa Adauto Modesto Jr., economista-chefe da instituição.

“Até agosto, o BDMG acumula um volume total desembolsado de R\$ 1,6 bilhão, sendo 43% desse total (R\$ 703,1 milhões) destinados a operações vinculadas a algum dos ODS. Esse volume de recursos atendeu cerca de 6.119 clientes, de 550 municípios, sendo 83% deles (454) com IDH abaixo da média brasileira”, elenca Modesto Jr.

O economista diz que o sistema de enquadramento e taxonomia garante que as vinculações sejam realizadas somente quando existem evidências claras do impacto de cada operação ao ODS. Desde 2019, uma equipe interna do banco tem desenvolvido novas formas de atuação para melhor mensurar as atividades do BDMG no tema de impacto. O objetivo final é ir além dos indicadores financeiros e de desembolso para capturar informações sobre a efetividade dos empréstimos concedidos.

“A metodologia aplicada tem duas abordagens: *ex-post*, após a concessão do crédito para enquadramento das atividades e projetos; e *ex-ante*, no momento em que as operações são formatadas. Os projetos podem ser enquadrados como Social ou Sustentabilidade, a depender da natureza, finalidade, público-alvo e impactos de cada projeto”, explica Modesto Jr. Assim, há pelo menos um indicador de impacto por categoria, seguindo as melhores práticas internacionais. “A medição do impacto é realizada um ano após a implementação, tendo como linha de base o desempenho do cliente antes da implementação do projeto financiado”, completa.

O comprometimento com a sustentabilidade se confirma também com o reconhecimento de signatário do Pacto Global da ONU, a partir de março de 2020. Outra ação importante foi a construção do Framework de Títulos Sustentáveis, ou Framework ODS. O primeiro passo foi o lançamento, ainda em 2018, do Framework de emissão de Títulos Verdes. Em 2019, o banco revisou as categorias e indicado-

res de projetos verdes do Framework ao implementar o sistema de enquadramento de operações e monitoramento de impacto.

A estrutura do novo Framework foi construída de acordo com os Princípios para Títulos Verdes 2019 (Green Bond Principles 2019), os Princípios para Títulos Sociais 2019 (Social Bond Principles 2019) e as Diretrizes para Títulos Sustentáveis 2018 (Sustainability Bond Guidelines 2018). O BDMG foi o primeiro banco de desenvolvimento brasileiro a publicar um Framework para captar recursos voltados à emissão de títulos sintonizados com os ODS. Na sequência, recentemente, o banco obteve a Second Opinion emitida pela Sustainalytics, o que endossa a emissão de títulos sustentáveis para captação de recursos no mercado.

O banco definiu 11 categorias de projetos potencialmente elegíveis, atendendo a 13 dos 17 ODS e a 28 das 169 metas. Os setores contemplados no programa são divididos em duas categorias. A verde inclui Agricultura sustentável e gestão sustentável de recursos naturais; Energia renovável e eficiência energética; Saneamento; Transporte limpo; Prevenção e controle da poluição. A social reúne Saúde; Educação; Inclusão de gênero; Micro e pequenas empresas e Geração de emprego; Urbanização inclusiva e sustentável; Recuperação econômica após desastres; e acesso a serviços essenciais.

Unsplash



SUSTENTABILIDADE COMO BASE

Márcia Mithie Kitagawa da Costa, gerente executiva de planejamento do Banco da Amazônia, informa que o Basa atua direcionado ao desenvolvimento sustentável da região Amazônica, respondendo por 62% do crédito de fomento da Região Norte, com atuação calçada em sua política de responsabilidade socioambiental. O banco criou a política em 2015, para atender a determinação do Banco Central e aplicá-la nas avaliações de crédito, com um olhar especial ao risco socioambiental.

A instituição também adota ações internas e na relação com os fornecedores. O Programa Amazônia Recicla visa a orientar os empregados para que tenham consciência da necessidade de reciclagem. O Amazônia Otimiza procura promover a consciência na utilização de recursos como água, energia, impressão.

“A sustentabilidade é a base de nosso posicionamento estratégico. Nas linhas de financiamento, o objetivo é desenvolver uma Amazônia Sustentável. Cuidamos dos planos de aplicação do FNO, principal *funding* do Basa. Somos um banco de fomento que propicia o desenvolvimento sustentável”, resume Márcia Mithie. Ela diz que a política traz regramentos que vão sendo observados na jornada da concessão do crédito desde a avaliação.

“Temos vários critérios de vedações, a exemplo de empresas já condenadas por dano ambiental, por formas degradantes de trabalho ou por condições análogas ao trabalho escravo, por vínculos à exploração sexual ou de trabalho infantil, exploração predadora de espécies florestais, transformação do minério em ferro gusa. Tudo isso são critérios de vedação. Estamos falando em preservar a Amazônia”, ressalta Márcia.

O Banco da Amazônia fez parceria com a *startup* Terras APP Solutions, para uso de aplicativo de análise dos imóveis rurais e gerenciamento de risco socioambiental. “Colocamos critérios restritivos, condicionais e informativos, que são nossas regras internas de concessão de crédito, inclusive para o agricultor familiar e não apenas os grandes produtores”, diz a gerente.

O banco também procura induzir melhores práticas, como reflorestamento e o uso de energias limpas. Entre as linhas, estão produtos voltados à Agricultura de Baixo Carbono (ABC), à indução ao empreendedorismo feminino na zona rural, à energia verde, aos

projetos de saneamento e energia renovável, além de linhas para a agricultura familiar. “Conseguimos mapear várias iniciativas alinhadas com os 17 ODS. Para 2021, vamos identificar quais programas estão vinculados a quais objetivos”, sinaliza Márcia.

A Ferpam (foto), especializada no varejo de ferramentas e máquinas, obteve um financiamento do Programa FNO Energia Verde no valor de R\$ 270 mil para um projeto de energia solar, com instalação de 300 placas nos galpões de 2,1 metros quadrados da empresa em Palmas, capital do Tocantins. Além do ganho para o meio ambiente, há ganhos financeiros, visto que a conta de energia caiu de R\$ 9 mil para R\$ 3 mil, além de contar com isenção de 80% do IPTU, que passou de R\$ 33 mil para R\$ 8,5 mil.

“O *pay back* seria em 3,5 anos. Em menos de 3 anos, já economizamos bastante e obtivemos o retorno. Com a vantagem que o FNO investiu em 80% do projeto e entrei com apenas 20%. O novo prédio foi financiado pelo Basa, o que me permitiu deixar de pagar aluguel e passar de 90 para 130 funcionários, porque baixei os custos e ampliei o espaço de 2,1 mil m² para 3,4 mil m² de loja. Hoje, inclusive, agreguei as placas fotovoltaicas ao portfólio de produtos da loja”, comemora Ivan Ricardo Sales Inácio, diretor da Ferpam.



Divulgação

TRABALHO CONJUNTO

O Badesul criou o Comitê de Responsabilidade Socioambiental em junho de 2018, quando foi formalizado o Programa Badesul de Sustentabilidade. O programa estabelece os compromissos com os parceiros, clientes, funcionários e demais partes interessadas e está alicerçado em quatro pilares: ambiental, econômico, social e conhecimento do capital humano.

“As pessoas precisam ter conhecimento para ajudar na ponta um projeto ou operação com requisitos de um ODS ou operação sustentável. O Programa de Sustentabilidade tem o chamamento das pessoas de dentro para fora e de fora para dentro, atendendo desde as questões comportamentais até as questões técnicas dos ODS e dos indicadores, e arcabouço regulatório do Banco Central”, diz José Cláudio dos Santos, vice-presidente e coordenador do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, acrescentando que os colaboradores também podem encaminhar ideias para reciclagem, reutilização e redução de consumo.

Ele observa que vivemos a era dos limites, com um consumo relevante das fontes naturais, o que terá um preço para as futuras gerações. É preciso otimizar os recursos e compensar as questões do planeta que foram agravadas pela densidade demográfica e econômica. “O Badesul tem de trabalhar numa linha em que a visão do desenvolvimento seja sempre a partir de projetos sustentáveis. Nossa diretriz está alinhada à Agenda 2030, da porta para dentro, com nossos colaboradores, e principalmente com nossos clientes em seus projetos. Seja nas operações da indústria, no campo, nas fontes de energia e nos municípios, onde tudo acontece”, resume Santos.

A superintendente de Governança e Compliance, Denise Raupp, diz que após criar a política de Responsabilidade Socioambiental em 2015, o programa trouxe para o Comitê colaboradores das áreas de operação – agronegócio, empresarial, municípios – e uma atenção maior em relação aos ODS. “Não tínhamos ainda a questão do risco socioambiental nas carteiras de crédito; a partir do programa passamos a olhar para essas questões”, diz Denise.

Santos diz que o Comitê (foto) tem a participação de diversas áreas, como as de marketing,

Divulgação



compliance, crédito e risco, além de todas as áreas de operação: agronegócio, empresarial, municípios, operações, gestão de pessoas, inovação. Em termos práticos, a empresa tem programas como o de reciclagem, cujos resultados econômicos são destinados a uma instituição. “Internamente procuramos reciclar, reutilizar e digitalizar”, diz o vice-presidente.

Clarissa Cogo, Superintendente de Agronegócios, diz que em operações foi necessário realizar um treinamento sobre os ODS nas áreas voltadas para o setor público, agronegócio, empresarial e ver de que forma as operações se enquadravam aos ODS. “Dos 17 objetivos, os que mais se enquadram são os de número 8 (trabalho e crescimento econômico) e 11 (cidades e comunidades sustentáveis). Fomos enquadrando as operações, mas não é um processo fácil, e para 2021 vamos alinhar os nossos objetivos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”, diz Clarissa.

O segundo passo é utilizar os ODS como diretriz para a seleção de projetos. Santos diz que será realizado um amplo programa de capacitação, inclusive da sociedade, e será dada visibilidade aos projetos que têm boas práticas de sustentabilidade. “Não queremos trabalhar com penalidade e sim com o princípio da premiação, reconhecimento e estímulos por meio de melhores condições de projetos que têm efetividade na aplicação de técnicas sustentáveis”, sinaliza o vice-presidente do Badesul. Ele destaca as linhas no BNDES para energias renováveis, em que o Badesul foi pioneiro na instalação de parques eólicos e já está trabalhando no uso de biogás e linhas para energias fotovoltaicas.

Lucas Boff, técnico em desenvolvimento, atua na Superintendência de Crédito e Riscos monitorando os riscos socioambientais das operações. Ele diz que as operações são avaliadas antes e depois de as operações entrarem no banco, por meio de um formulário. “E mensalmente todas as operações da carteira são avaliadas por meio de mecanismos automatizados, e isso acaba refletindo no risco da nossa instituição”, diz Boff.

AGRICULTURA FAMILIAR

Na Agência de Fomento do Rio Grande do Norte, as linhas de crédito para agricultura familiar atuam conectadas com os ODS. Desde sua implantação em 2019, a linha beneficiou mais de 200 famílias que atuam no segmento. Ao todo, o financiamento para aquisição de equipamentos e capital de giro garantiu um apoio total de R\$ 650 mil para as mais diversas regiões do estado.

“Estamos participando constantemente de capacitação relacionada aos ODS. E temos uma parceria com a Secretaria de Agricultura Familiar à qual está vinculada a Emater, Sebrae, Cooperativas e associações de agricultura familiar. Não se trata apenas do crédito chegando na ponta, há todo um ecossistema criado porque existe uma integração do trabalho com o programa de compra direta. Um total de 30% da compra do estado é direcionado à agricultura familiar. O acesso ao crédito tem sido democratizado”, destaca Márcia Maia, diretora-presidente da AGN.

O apoio ao setor, realizado em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Sedraf), visa a estimular uma agenda pró-desenvolvimento a partir do cumprimento dos ODS. Dentre eles, destacam-se os ligados à erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, igualdade de gênero, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, parcerias e meios de implementação, bem como o consumo e produção responsáveis.

“Dentre as 65 liberações de financiamentos realizadas, ainda no mês de agosto, 68% dos clientes eram mulheres com atuação na agricultura familiar e contemplaram 21 cidades de diferentes regiões, culturas e negócios conectados com a agricultura familiar e a economia solidária”, diz Márcia Maia.

Na cidade de Bom Jesus, a cerca de 65 quilômetros de Natal, Cícera Franco, filha de agricultor e responsável por uma produção de hortaliças e outros vegetais, transformou por completo a sua trajetória e da família por meio da agricultura familiar. O terreno que antes tinha grande parte da produção entregue a atravessadores, agora produz uma variedade de produtos, em especial hortaliças, fornecidos diretamente para a feira livre na cidade e para consumidores da capital potiguar.

O cultivo, antes limitado ao pai, ganhou a companhia das irmãs Joana D’Arc, Maria Iraneide, Maria Renilda, Francisca Sizelia e do irmão Francisco das Chagas, além dos cônjuges e filhos que passaram a integrar a unidade produtiva. Recentemente, a produção ganhou o reforço de um motocultivador adquirido com recursos da linha da AGN e que tem poupado tempo e ampliado a produtividade.

Márcia Maia diz que a meta inicial da linha de financiamento que atendeu Cícera e outros empreendedores ligados à economia rural do estado é de R\$ 1 milhão. Uma iniciativa que permite a democratização do crédito e promove o desenvolvimento humano, social e econômico.

“É um marco histórico para nós, agricultores familiares, ter acesso a um crédito sem burocracia. Criaram um crédito confiando no nosso trabalho, e que traz a oportunidade para que outros agricultores tenham acesso”, afirma Cícera Franco, que, além de agricultora familiar, é coordenadora de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Bom Jesus, presidente da CoopPotengi e coordenadora de Organização da Produção, Comercialização e Cooperativismo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-RN).



Alan Vasconcelos

EMPREENDEDORISMO JUVENIL



A adesão aos ODS pela GoiásFomento começou em 2019, com a elaboração do Planejamento Estratégico da agência de fomento, alinhado ao plano do governo local, que criou a Comissão Estadual para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Rivael Aguiar, presidente da GoiásFomento, diz que dentre as diretrizes há vários eixos estratégicos dos quais a GoiásFomento contribui mais diretamente: ação social e trabalho, desenvolvimento regional, fomento ao setor produtivo e políticas setoriais, iniciativas que contemplam os ODS números 1, 2, 5, 8, 9, 10, 12 e 17.

Aguiar diz que o objetivo macro da GoiásFomento é promover a geração de emprego e renda por meio do fomento ao empreendedorismo. A meta é atingir R\$ 91 milhões em operações; contemplando 1.500 beneficiários; e com a geração de 2.100 empregos diretos e indiretos. Até agosto, já foram atingidos R\$ 51,2 milhões em operações; 1.109 beneficiários; 1.800 vagas de empregos.

“De 2021 a 2022 queremos chegar a R\$ 200 milhões em operações; contemplando 8.000 operações e 31.500 vagas de empregos. Há condições facilitadas para regiões mais carentes, definidas por meio do índice municipal de carência das famílias (IMCF), para mulheres empreendedoras, estudantes, produtores da agricultura familiar. Sempre focado na geração de emprego e renda”, ressalta o presidente.

Entre as principais iniciativas estão o Programa Goiás Empreendedor; Linhas de crédito, investimento e políticas de financiamento dos empreendimentos econômicos solidários; Apoio ao associativismo e ao cooperativismo; e Fomento ao empreendedorismo juvenil.

No início deste ano, a agência anunciou linhas de crédito especiais voltadas para o empreendedorismo feminino dentro do programa “Mulher empreendedora”, com 12 meses de carência e 60 meses para pagamento, além de juros subsidiados.

A agência também possui ações de apoio e fomento às novas empresas tecnológicas, e do fortalecimento da agricultura familiar, com assistência técnica, incentivando o associativismo e facilitando o acesso ao crédito.

PARCERIA INTERNACIONAL

Entre as ações do Desenvolve SP em consonância com os ODS, estão programas como o Novo Rio Pinheiros, que, em setembro, desembolsou o quarto e maior investimento para a execução de obras do rio Pinheiros, na capital paulista. O financiamento, no valor de R\$ 70 milhões, foi aprovado para a empresa Allonda dentro da linha de crédito Economia Verde, que apoia projetos sustentáveis. “Essas obras vão beneficiar 58 mil casas com ligação à nova rede de esgoto que será construída atendendo a vertentes dos 17 ODS, agenda de ações até 2030 que compõem as diretrizes do trabalho da Desenvolve SP”, destaca o presidente da Desenvolve SP, Nelson de Souza.

Em agosto deste ano, a instituição captou US\$ 50 milhões com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) para o financiamento de novos projetos alinhados com os ODS. Foi a primeira agência de fomento brasileira a captar recursos diretamente no mercado internacional, sem garantia soberana.

“O acordo com o CAF é resultado de um trabalho de excelência do Desenvolve SP com o objetivo de ampliar as fontes de recursos para apoiar a retomada econômica do estado de São Paulo. A operação é resultado do posicionamento estratégico da empresa de iniciar captações internacionais. Esta é a primeira liberação entre várias negociações internacionais que vêm sendo realizadas”, diz Nelson de Souza.

No âmbito da parceria, serão priorizados projetos que apresentem vertentes de sustentabilidade alinhadas com os ODS, visando a impulsionar o crescimento econômico sustentável, promover a industrialização inclusiva, fomentar a inovação e adotar medidas para combater a mudança climática e seus impactos. No setor privado, serão financiados, principalmente, projetos com foco em inovação, aumento da produtividade, eficiência energética, energias renováveis e inclusão financeira. No setor público, os municípios serão atendidos em projetos de infraestrutura econômica e social com ênfase em melhorias de vias públicas, iluminação e saneamento.

O megaprojeto de políticas públicas Vale do Futuro, do Governo do Estado, prevê R\$ 2 bilhões (R\$ 1 bilhão em investimentos públicos e atração de mais R\$ 1 bilhão em recursos privados) e criação de 30 mil oportunidades de emprego, renda e empreendedorismo para a região do Vale do Ribeira até 2022. Pelo Desenvolve SP, a Linha de Crédito Vale do Futuro vai ao encontro do que preveem os ODS 8 e 11.

Para amparar o desenvolvimento econômico sustentável do Vale do Ribeira, região com o menor IDH de São Paulo, empreendedores podem contratar financiamentos para seus projetos com taxa de juros zero e prazo de até 60 meses para pagamento,

SP Governo



incluindo carência de 12 meses. Desde outubro de 2019, o Desenvolve SP já liberou R\$ 12,8 milhões em créditos para o programa Vale do Futuro. Para a iniciativa privada foram R\$ 10,3 milhões, e para as prefeituras, R\$ 2,5 milhões. São linhas de financiamento para municípios e crédito para capital de giro de micro, pequenas e médias empresas da região e financiamento a projetos de investimento, compra de máquinas, equipamentos e veículos a empresas do comércio, serviços, indústria e agronegócios.

“O Vale do Ribeira tem grande potencial de crescimento e é por isso que a agência está fomentando por meio de crédito, com o financiamento de grandes projetos para alavancar a atividade econômica na região, melhorando a qualidade de vida e aumentando as oportunidades da população”, explica o presidente do Desenvolve SP.

A consultoria de aquicultura Aquavale, criada por um morador da região, recém-formado em engenharia de pesca, conseguiu com recursos da agência desenvolver um ambiente sustentável para a criação de peixes. O projeto deve abastecer a indústria alimentícia local e de outros estados. A infraestrutura desenvolvida é abastecida por energia solar, dispensa a aplicação de hormônios e é capaz de reutilizar todos os resíduos gerados no processo.

Outro exemplo são os financiamentos, desde 2017, de mais de R\$ 5 milhões para construção de unidades de energia solar da Sun Mobi, empresa que abastece mais de 26 municípios com energia limpa. O consumidor não precisa instalar painéis solares na sua casa ou na empresa: basta contratar um pacote de créditos de energia, gerada e compartilhada pelas usinas solares da empresa.

COMPROMISSO LOCAL

Wellington Dalmaz, diretor de Operações do Setor Público da Fomento Paraná, recorda que a agência aderiu à Agenda 2030 em 2019, devido ao compromisso com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (Cedes), do governo estadual, que tem entre seus objetivos implantar a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no estado do Paraná.

A agência de fomento adaptou o Sistema de Financiamento aos Municípios, vinculando os componentes financiáveis aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para cumprir essa meta também foram incorporados novos itens, como energias renováveis, espaços de *coworking*, construção de edifícios verdes etc.

“As taxas de juros podem ter uma redução caso o Índice Iparides de Desempenho Municipal (IPDM-IPARDES) seja abaixo de 0,6, contribuindo para a redução das desigualdades (ODS 10). Para fomentar as ODS 4 e 11, os equipamentos sociais (educação, saúde e assistência social) tiveram prazo de financiamento e carência alongados em 120 e 24 meses, respectivamente”, explica Dalmaz.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedu) coordena e tem a Fomen-

to Paraná como agente financeiro e o Paranacidade, serviço social autônomo vinculado à pasta, como agente técnico. Desta forma é possível quantificar em qual ODS e em qual meta os recursos estão sendo aplicados. A agência também usa soluções de *Business Intelligence* para apoiar os gestores municipais em seu processo de gestão vinculado aos ODS; além de implantar o Banco de Boas Práticas e sensibilizar a inclusão da logo do respectivo ODS nas placas de obras que são financiadas pela Fomento Paraná.

O estado também estabeleceu metas. Em conjunto com a Sedu, o Paranacidade, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) e a Green Building Council Brasil, foi criado um programa para transformar as escolas municipais de todo o estado em geradoras de energia elétrica fotovoltaica e qualificá-las para alcançar a condição de consumo zero de energia de origem externa.

“Num primeiro momento estabelecemos uma meta de financiamento para readequação energética e produção de energia elétrica solar em 180 escolas em seis municípios do estado. O passo seguinte é expandir a iniciativa para as quatro mil escolas do estado, para que elas gerem 100% de toda a energia necessária para a operação, tornando-as autossuficientes. Só em 2020 já temos um total de R\$ 266 milhões em financiamentos contratados nesse novo contexto, vinculado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A meta futura é contemplar toda a carteira do setor público, que hoje está em R\$ 951 milhões”, informa Dalmaz.

Pixabay



O Instituto Sicoob e a Agenda 2030



O Instituto Sicoob, agência de investimento social estratégico do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), tem por missão difundir a cultura cooperativista e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde as cooperativas atuam. Para alcançar esse objetivo, desenvolve atividades em três eixos: (1) cooperativismo e empreendedorismo, (2) desenvolvimento sustentável e (3) cidadania financeira.

No eixo “desenvolvimento sustentável”, atua em convergência com agendas externas, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são metas de desenvolvimento estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para cumprimento da Agenda 2030, iniciada em 2015, e estabelece 17 objetivos relacionados à: sustentabilidade, desenvolvimento social e direitos humanos.

Com o lançamento dos ODS, foi criado também o Pacto Global, iniciativa proposta para estimular organizações a adotarem políticas de responsabilidade social e de susten-

tabilidade. Para Emanuelle Moraes, gerente executiva do Instituto Sicoob, que é signatário do Pacto Global, “discutir como a atuação das organizações pode contribuir cada vez mais para o cumprimento das metas estabelecidas pela ONU, é fundamental. Precisamos atuar em rede para cumprir a Agenda 2030 e para que possamos ampliar nosso impacto social”, explica.

Quanto à convergência com os ODS, Emanuelle explica que “entender que nossos programas colaboram diretamente com vários ODS mostra que nossa atuação está alinhada com as estratégias da ONU, um *stakeholder* muito relevante para o investimento social estratégico”.

Além disso, a atuação do Instituto Sicoob atende as cinco áreas definidas pela ONU como essenciais para o desenvolvimento sustentável: parceria, paz, pessoas, planeta e prosperidade.

- Parceria: São essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável. A atuação do Instituto visa estabelecer

Convergência com os ODS



O trabalho em prol do cumprimento dos ODS é um compromisso do Instituto Sicoob com todas as comunidades as quais o Sicoob atua, promovendo engajamento e maior impacto social

Emanuelle Moraes,
gerente executiva

alianças, promover a justiça financeira e estimular a transição para um mundo mais igualitário e colaborativo.

- Paz: Segundo a ONU, o cooperativismo é promotor da igualdade social, da sustentabilidade e da equidade. Isso resulta na promoção da paz social.

- Pessoas: Os princípios do cooperativismo visam garantir que todos possam viver com dignidade e igualdade. A partir disso, o Instituto Sicoob dissemina conhecimento para que as pessoas se empoderem e façam melhores escolhas que trarão impacto positivo tanto para si próprias quanto para as comunidades das quais fazem parte.

- Planeta: A contribuição com o planeta acontece transversalmente nos programas que abordam consumo consciente e outras práticas sustentáveis.

- Prosperidade: O modelo econômico igualitário, diverso e responsável do cooperativismo assegura que todos possam desfrutar de uma vida próspera, de plena realização pessoal, com progresso econômico e social em harmonia com a natureza.

Emanuelle finaliza afirmando que “o trabalho em prol do cumprimento dos ODS é um compromisso do Instituto Sicoob com todas as comunidades com as quais o Sicoob atua, promovendo engajamento e maior impacto social”.

Para saber mais sobre o Instituto Sicoob, acesse www.institutosicoob.org.br. Se quiser conhecer mais sobre o Sicoob e as soluções que as cooperativas financeiras proporcionam aos seus cooperados, acesse: www.sicoob.com.br.

Divulgação



LARISSA SAMPAIO

Gestora de políticas públicas e comunicóloga, é Analista de Comunicação do Instituto Sicoob.



BANCO DO NORDESTE INVESTE R\$ 18 BILHÕES NO 1º SEMESTRE

No primeiro semestre deste ano, o Banco do Nordeste (BNB) investiu R\$ 18,36 bilhões na economia regional, valor que corresponde a 2,4 milhões de operações de crédito. Desse total, R\$ 12,51 bilhões são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), sendo que R\$ 9,70 bilhões foram destinados aos setores Rural, Agronegócio, Industrial, Comércio e Serviços e Turismo, e R\$ 2,81 bilhões a projetos de infraestrutura.

Já os programas de microfinanças urbana e rural investiram R\$ 6,19 bilhões. Micro e pequenas empresas, segmento mais afetado pela crise sanitária, foram contempladas com R\$ 2,23 bilhões, beneficiando 18 mil mini e pequenos empreendedores, somando 24.214 operações de crédito.

BANPARÁ LIDERA RANKING DE ACESSO A CRÉDITO DURANTE A PANDEMIA

O Banco do Estado do Pará (Banpará) foi apontado como a instituição financeira que mais proporcionou acesso a quem procurou linhas de crédito durante a pandemia da Covid-19, segundo pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo considerou o período de 25 a 30 de junho de 2020.

A análise ouviu mais de 6 mil microempreendedores em todo o Brasil, para saber quantos necessitaram da ajuda de entes financeiros e quantos tiveram êxito na busca. O Banpará despontou na frente de grandes empresas e bancos com um percentual de 39% das menções positivas feitas pelos entrevistados.

O Programa Fundo Esperança tem sido um dos grandes responsáveis para o resultado da pesquisa. Os recursos liberados foram decisivos para mais de 65 mil micro e pequenos empreendedores, trabalhadores informais e da economia criativa. Mais de R\$ 150 milhões foram sacados, o que corresponde a mais de 75% do valor total disponibilizado. Além do Fundo, o banco também viabilizou outras medidas de emergência financeira, como o adiantamento de recebíveis e uma linha de crédito para capital de giro para diversos segmentos.

BANDES PODE INVESTIR ATÉ R\$ 10 MI EM INOVAÇÃO

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) anunciou oportunidades de negócios para investimentos que podem chegar a R\$ 10 milhões na área da inovação. Isso porque o banco capixaba é repassador exclusivo das linhas Inovacred no estado, com recursos da Finep para financiamento a projetos, visando à introdução de novos produtos e serviços, à implantação e melhoria de processos produtivos ou dos elementos de marketing e, ainda, à inovação organizacional.

As linhas Inovacred apoiam a contratação de consultorias, o registro de patentes, além de obras e compra de *software* e equipamentos que sejam utilizados em processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na empresa. Os financiamentos atendem desde micro até a média empresa que deseja melhorar processos e aumentar sua competitividade.

De acordo com o diretor-presidente do Bandes, Maurício Cezar Duque, a instituição trabalha para construir um ambiente favorável ao surgimento de novos negócios no estado.



DESENBABIA OFERECE CRÉDITO PARA O SETOR DE TURISMO

A Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), por meio de parceria com o Ministério do Turismo, passou a operar R\$ 32 milhões provenientes do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), com o objetivo de movimentar e expandir o setor do turismo, minimizando os efeitos da pandemia da Covid-19. Os recursos são utilizados para capital de giro, investimentos fixos e aquisição de bens à disposição dos empresários do turismo baiano.

A oferta de crédito tem como público-alvo empresários individuais, micro, pequenas, médias e grandes empresas do setor turístico e cadeias produtivas correlacionadas, desde que estejam devidamente cadastrados e em dia com seu Cadastur.

As condições oferecidas pelas linhas de financiamento são diferenciadas para apoiar o setor na superação da crise do novo coronavírus, com taxas de juros reduzidas.

SICREDI ADERE AO CRÉDITO EMERGENCIAL

O Banco Cooperativo Sicredi está entre as instituições financeiras habilitadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para oferecer crédito com garantia do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC FGI), lançado pelo Ministério da Economia. O programa tem como objetivo ajudar pequenas e médias empresas (PMEs) a atravessarem a crise econômica decorrente da pandemia da Covid-19.

“A medida aumenta nossa capacidade de atender a necessidade de crédito dos associados, incluindo as médias empresas, que ainda não contavam com uma ação emergencial específica. Neste momento, é fundamental que as empresas tenham acesso a capital de giro para manter suas atividades econômicas e minimizar impactos da crise e nós estamos empenhados em buscar soluções para apoiá-los”, explica Gustavo Freitas, diretor-executivo de Crédito do banco.

BANCO DA AMAZÔNIA APROVA CRÉDITO 100% DIGITAL PARA COMUNIDADES INDÍGENAS

Três indígenas pertencentes à Comunidade Xaari e Anauá, da etnia Waiwai, do município de São João da Baliza, localizado no sul do estado de Roraima, foram contemplados pelo Banco da Amazônia (Basa) com a aprovação do crédito com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf B). A aprovação ocorreu pela primeira vez de modo 100% digital.

Esta é a primeira comunidade indígena a ter acesso por meio do Pronaf Digital aos créditos do programa, operado na região Amazônica pelo banco. De acordo com o presidente da instituição, Valdecir Tose, esta ação representa a transformação digital do processo de crédito, com mais agilidade, rapidez e inovação.

“A contratação foi feita em 48 horas, totalmente por meio da plataforma Basa Digital para uma comunidade indígena, no extremo norte do país. Isso demonstra que o banco vem cumprindo a sua missão social na Região Amazônica, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão de comunidades que tradicionalmente ficam distantes e com dificuldades de acesso aos serviços bancários”, explica o presidente.

O extrativista e diretor da Associação dos Povos Indígenas Waiwai e Xaari, Valdeci Noro Waiwai, foi um dos apoiados com a aprovação do crédito. Ele disse estar muito satisfeito e vai utilizar os recursos para a compra de todos os insumos necessários para custear o extrativismo. “Achei muito fácil, foi bom para nós, vai apoiar toda a comunidade”, comentou.



Ruptura
Monica Baumgarten de Bolle
Intrínseca, 2020, 320 p.

DESAFIOS UNIVERSAIS

Pesquisadores do mundo inteiro há tempos já alertavam sobre a iminência de uma nova pandemia, mesmo não podendo determinar com exatidão a data desse evento, bem como seus desdobramentos. Até que, esse ano, aconteceu.

Nesta obra, a economista Monica Baumgarten de Bolle analisa os impactos iniciais da pandemia da Covid-19. Comenta os desafios enfrentados pelos governos e pela comunidade científica internacional, e sobretudo por uma economia forçada a pensar de forma criativa, e não mais em modelos exclusivamente quantitativos, que não dão conta da crise humanitária que se desencadeou. A autora também aborda temas que ficaram em evidência no Brasil, como a discussão sobre a renda básica universal.

Ruptura é o primeiro volume da série *A Pilha de Areia*, que apresenta reflexões sobre a pandemia e seus efeitos na economia mundial. A série é baseada no conteúdo de mais de 60 vídeos apresentados por de Bolle em seu canal no YouTube sobre os desdobramentos e impactos da crise e as medidas para o enfrentamento.

Monica de Bolle é economista formada pela PUC-Rio, atualmente professora da Johns Hopkins University, pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics. Entre 2000 e 2005, foi economista do Fundo Monetário Internacional em Washington, tendo participado, de forma direta e indireta, na resolução de algumas das principais crises financeiras em países emergentes.



Apagando o incêndio: a crise financeira e suas lições
Ben S. Bernanke, Timothy F. Geithner e Henry M. Paulson Jr.
Todavia, 2020, 272 p.

LIÇÕES DO PASSADO

Quando a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia da Covid-19, países ao redor do mundo adotaram medidas de isolamento social para proteger a população. Os efeitos econômicos provenientes desses acontecimentos foram imediatos e profundos – e talvez desde a crise de 1929 os governantes não se encontravam diante de um desafio tão abrangente.

Tempestades financeiras desse nível não acontecem com tanta frequência. Visto isso, voltaram ao debate as soluções utilizadas no passado para conter esses danos. A crise de 2008 é o exemplo mais emblemático, uma vez que a falência de inúmeros bancos de investimento mergulhou o mundo em um terremoto cujos efeitos são sentidos até hoje.

Em *Apagando o incêndio*, três especialistas que estavam à frente de políticas de socorro drásticas e controversas na crise de 2008 apresentam suas reflexões sobre o momento atual: Ben Bernanke, presidente do Federal Reserve; Timothy Geithner, presidente do Federal Reserve Bank de Nova York; e Henry Paulson, secretário do Tesouro.

No livro, eles examinam as causas da crise causada pelo novo coronavírus, em todo o globo, explicam por que ela foi tão impactante e relatam as medidas necessárias para evitar uma depressão como a de 1929. A obra procura auxiliar os futuros “bombeiros” a proteger a economia dos estragos das crises financeiras.



Economia do bem comum

Jean Tirole

Zahar, 2020, 552 p.

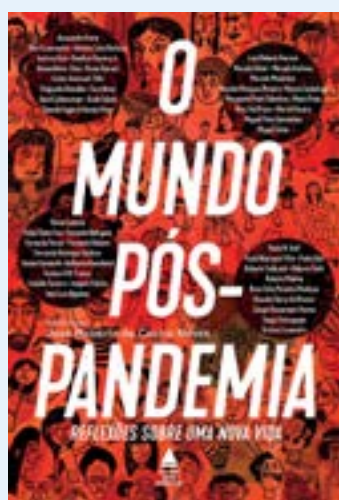
ECONOMIA PARA A VIDA

Em seu novo livro, o economista e vencedor do Prêmio Nobel Jean Tirole estabelece uma nova agenda para o papel da economia na sociedade. Com tom otimista e objetivo instrutivo, a obra organiza-se como um manifesto em defesa de um mundo no qual a economia se vê como uma força que pode e deve trabalhar para o bem comum e para o interesse geral das populações.

O autor parte do princípio de que a economia, além de contribuir, está a serviço do bem comum e tem como objetivo tornar o mundo melhor. A fim de mostrar como isso é possível, Tirole discute vários assuntos que afetam o cotidiano atualmente, como a crise financeira de 2008, as mudanças climáticas, a economia digital, o desemprego, a inovação, entre outros.

Ele apresenta uma visão pessoal do que é a ciência econômica, a maneira como é construída e o que ela implica. O livro se desdobra em cinco temas: economia e sociedade; a profissão de pesquisador em economia; o arcabouço institucional da economia; os grandes desafios macroeconômicos; e a questão industrial, divididos em capítulos que podem ser lidos separadamente e com diversos exemplos ao longo da obra.

Jean Tirole é um economista francês, presidente da Toulouse School of Economics e do Institute for Advanced Study on Toulouse, além de autor de mais de uma dezena de livros científicos. Em 2014 foi contemplado com o Prêmio Nobel de Economia, por sua análise do poder e da regulamentação dos monopólios naturais.



O mundo pós-pandemia

José Roberto de Castro Neves (org.)

Nova Fronteira, 2020, 416 p.

O AMANHÃ

Nesta obra, organizada pelo advogado José Roberto de Castro Neves, nomes importantes se reúnem para avaliar os efeitos da crise atual sobre as principais esferas da atuação humana, levando em consideração cada uma de suas complexidades e dilemas. O livro transita entre opiniões de especialistas brasileiros de diversas áreas, como economia, medicina, história, política, indústria, jornalismo, entre outras.

O cenário que vem sendo enfrentado em 2020 é uma experiência que a atual geração nunca havia vivenciado. O surgimento da pandemia do coronavírus mudou por completo o modo de viver da humanidade. Para Castro Neves, não há dúvidas de que, a partir de agora, o nosso tempo se dividirá entre

o antes e o depois da Covid-19.

Enquanto o tema da pandemia predomina o dia a dia e as mentes, a dúvida para compreender o que será o amanhã avança cada vez mais. Dificilmente houve um acontecimento tão determinante neste século, e as consequências das recentes ações políticas, sanitárias e econômicas ainda mal começaram a ser vislumbradas. O que, portanto, se pode esperar para o nosso futuro e o futuro das próximas gerações? E o que será o “novo normal”?

José Roberto promete ao leitor uma obra recheada de reflexões sobre como o mundo e o Brasil vão reagir a este evento histórico, e uma projeção do futuro em diversos segmentos da sociedade.

EXPEDIENTE



Sede: SCN – Qd. 2 - Lote D, Torre A Salas 431 a 434
Centro Empresarial Liberty Mall - Brasília - DF - CEP 70712-903
Telefone: (61) 2109.6500
E-mail: abde@abde.org.br

Escritório: Avenida Nilo Peçanha, 50 – 11º andar
Grupo 1109 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-906
Telefone: (21) 2109.6000
E-mail: gecom@abde.org.br

CONSELHO DOS ASSOCIADOS
Presidente: Gustavo Montezano

DIRETORIA
Presidente: Sérgio Gusmão Suchodolski
1º Vice-Presidente: Jeanette Halmenschlager Lontra
2ª Vice-Presidente: Ênio Mathias Ferreira
Diretores: Heraldo Alves das Neves, Luiz Corrêa Noronha, Paulo de Oliveira Costa, Ricardo Wiering de Barros, Rivaél Aguiar Pereira, Rubens Rodrigues Filho e Valdecir Tose.

Secretária-Executiva interina: Cristiane Viturino

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS À ABDE

AFAP – Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.
AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.
AGE – Agência de Empreendedorismo de Pernambuco
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS
AGERIO – Agência Estadual de Fomento
AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BADESUL – Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento
BANCO DA AMAZÔNIA – Banco da Amazônia S.A.
BANCO SICREDI – Banco Cooperativo Sicredi S.A.
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
BANPARÁ – Banco do Estado do Pará S.A.
BB – Banco do Brasil S.A.
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
BNB – Banco do Nordeste S.A.
BNDDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BRB – Banco de Brasília
CRESOL – Cresol Confederação
DESENBÁHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
DESENVOLVE – Agência de Fomento de Alagoas S.A.
DESENVOLVE MT – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.
DESENVOLVE RR – Agência de Desenvolvimento de Roraima S.A.
DESENVOLVE SP – Agência de Desenvolvimento Paulista
FINEP – Inovação e Pesquisa
FOMENTO PARANÁ – Agência de Fomento do Paraná S.A.
GOIÁS FOMENTO – Agência de Fomento de Goiás S.A.
PIAUI FOMENTO – Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.
SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Rumos

Redação e Administração

Avenida Nilo Peçanha, 50, 11º andar
Grupo 1109
Rio de Janeiro RJ CEP: 20020-906
Telefone: (21) 2109.6041
Email: rumos@abde.org.br
www.abde.org.br

Gerente de Comunicação

& Editora
Thais Sena Schettino

Equipe

Jader Moraes, Noel Joaquim Faiad
e Maitê Rodriguez (estagiária)

Revisão

Mariana e Renato R. Carvalho

Capa

Noel Joaquim Faiad

Impressão e CTP

J. Sholna Reproduções Gráficas

Distribuição

Agência Imperial - Rio de Janeiro

Publicação bimestral

ISSN 1415-4722

Ano 44 - nº 311 - Julho/Agosto/Setembro 2020

Tiragem: 1.000 exemplares

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da ABDE. Sua reprodução é livre em qualquer outro veículo de comunicação, desde que citada a fonte.

SIGA A
ABDE NAS
MÍDIAS
DIGITAIS



@abdeoficial



@abde_oficial



/company/abde

Prêmio **ABDE-BID**

Edição 2020

Confira o resultado em

www.abde.org.br

Consórcio do SICOOB

**FAÇA SEU SONHO
ACONTECER COM TRANQUILIDADE
E SEGURANÇA.**



INVISTA UM POUCO POR MÊS E CONQUISTE O QUE PLANEJOU.

Todo mundo tem um sonho. Comprar uma casa, trocar de carro ou até mesmo fazer um curso no exterior. Seja qual for o seu, no Consórcio do Sicoob fica mais fácil realizar. Você conta com **parcelas acessíveis e sem juros**, com **taxas de administração competitivas** e o **menor custo final**. Compare e decida.

Faça uma simulação pelo App Sicoob ou procure uma cooperativa.

Acesse sicoobconsorcios.com.br e saiba mais.

